DE LEI

idpc
International Drug Policy Consortium

POLICIAMENTO, COVID-19 E PESSOAS QUE USAM DROGAS:

SOBREVIVENDO À POLÍCIA NA CRACOLÂNDIA

Expediente

Realização
Centro de Convivência É de Lei

Autoria
Adria Cots Fernández
Ana Luiza Satie Voltolini Uwai
Janaina Rubio Gonçalves
Karin Di Monteiro
Maria Angélica de Castro Comis

Revisão textual
Ana Luiza Satie Voltolini Uwai

Diagramação
Ana Luiza Satie Voltolini Uwai

Ilustrações
Carol Ito

Cores
Felipe Portugal

Apoio
International Drug Policy Consortium (IDPC)

Ano
2022

POLICIAMENTO, COVID-19 E PESSOAS QUE USAM DROGAS:

SOBREVIVENDO À POLÍCIA NA CRACOLÂNDIA

CONTEXTUALIZAÇÃO

1990

A chamada Cracolândia é uma das maiores cenas abertas de uso de drogas do município de São Paulo. Está localizada há 30 anos na região central da cidade, no bairro da Luz, e tem sua história permeada pela miséria e exclusão social. Esse território, ocupado por pessoas em extrema situação de vulnerabilidade, recebeu o título de "Cracolândia" de forma a estigmatizar as pessoas que vivem ali, por conta da cena de uso aberto de crack que se constituiu na região. Sob a justificativa da política de "guerra às drogas", essas pessoas, majoritariamente pobres, negras e com histórico de institucionalização, por exemplo em manicômios, prisões, abrigos etc. são alvo constante de violações de direitos.

Esse nome, no entanto, se tornou uma identidade ao longo dos anos, pois ali há muito mais que corpos vulnerabilizados. Existe arte, cultura e vida, o que trouxe um sentimento de pertencimento e resistência das pessoas que sobrevivem no meio dessa guerra, que se mostrou ser contra elas.

Por ser no centro da maior cidade da América Latina, essa região também é permeada de interesses políticos e econômicos, que transformaram o território em um local passível de reurbanização e "revitalização".

Nesse sentido, diversas iniciativas governamentais têm sido voltadas a ações higienistas com objetivo de realizar prioritariamente a retirada das pessoas do território, como a "Operação Limpeza", a "Operação Dignidade", a "Operação Sufoco", "Dia D", "Redenção" e a "Operação Caronte". Todas sempre utilizando de repressão policial e oprimindo a população que vive e frequenta o território em detrimento de políticas de saúde e assistência social.

2013

Entre os anos 2013 e 2016 houve uma tentativa de mudança de paradigma nas intervenções nesta região. Nesse período, o poder executivo municipal implementou o "Programa De Braços Abertos", baseado na política de Redução de Danos (RD) como garantia de direitos humanos, oferecendo moradia, alimentação, trabalho e renda, além dos cuidados de saúde e assistência social longitudinal para as pessoas que viviam na região da Cracolândia.

2017

Mesmo tendo respostas positivas da população, em 2017, o programa começou a ser desmontado a partir da mudança da gestão municipal. O foco passou a ser a diminuição de pessoas fazendo uso de drogas nas ruas, a abstinência como única possibilidade de tratamento e tolerância zero às cenas abertas de uso de drogas.

Em razão do proibicionismo, o que se observa é a fragilidade da criação e continuidade de políticas de drogas pautadas na Redução de Danos.

Isso gera dificuldades em serem criadas políticas que sejam incorporadas como políticas de Estado, sendo apenas projetos de gestão, não se tornando iniciativas permanentes e de longa duração. Portanto, a cada mudança governamental a ênfase é voltada para uma direção e fica a cargo da atuação de instituições voltadas à defesa de populações vulnerabilizadas, como organizações da sociedade civil, grupos e movimentos sociais a tentativa de impedir práticas violadoras de direitos.

Jan 2020

Essa atuação foi intensificada em 2020, quando a violência policial aumentou na região e havia a ameaça de fechamento dos serviços de saúde e assistência social que existiam na região, sob a justificativa de que isso era preciso para acabar com o tráfico de drogas ali.

Mar 2020

Em março, a pandemia de COVID-19 chegou vulnerabilizando ainda mais o território. O isolamento necessário para prevenir a infecção pelo coronavírus não tinha como ocorrer nas ruas, principalmente porque as pessoas que as habitam não tinham sequer informações a respeito do que estava acontecendo na época. Além disso, estavam tendo mais dificuldade de acessar alimentos, pois os comércios estavam fechados e as doações cessaram neste primeiro momento.

Diante disso, mais uma vez a organização da sociedade civil foi essencial para garantir saúde e direitos na região. O **Centro de Convivência É de Lei** é uma instituição que atua com Redução de Danos há mais de 20 anos, e foi uma das organizações que se mobilizaram para informar as pessoas em situação de rua sobre maneiras de se prevenir em relação à COVID-19. Também foram feitas diversas ações com diferentes coletivos da região, como colagem de cartazes e projeções pelos muros da cidade, além da distribuição de materiais de higiene, máscaras, álcool em gel e insumos para reduzir riscos e danos ao uso de drogas.

Abr 2020

Já em abril, mesmo com a pandemia e a luta dos movimentos que atuam com Redução de Danos, o ATENDE (Atendimento Diário Emergencial), último equipamento de cuidado e assistência social presente no território da Cracolândia, foi fechado.

Esse fechamento deu segmento ao objetivo do poder executivo de acabar com a Cracolândia para dar lugar à construção de imóveis que possam valorizar financeiramente a região, dentro da lógica de especulação imobiliária. Isso foi acontecendo durante a pandemia, num momento em que cada vez mais pessoas ficavam sem emprego, mais pessoas passavam a estar em situação de rua.

Ao invés de criar políticas e serviços emergenciais eficazes, as esferas municipal e estadual fecharam serviços, enquanto a federal sequer reconheceu a gravidade da crise sanitária.

Fev 2021

Outro exemplo foi que, mesmo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendando em fevereiro de 2021 que não houvesse nenhum despejo ou desapropriação de imóveis durante a pandemia, houve a desapropriação de duas quadras inteiras na região da Cracolândia no início do ano de 2021, sem qualquer atendimento habitacional para as famílias que lá residiam. Essa violação se tornou, inclusive, uma denúncia para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Direitos humanos na Cracolândia: obrigações do Estado frente aos compromissos internacionais do Brasil

O Brasil ratificou todos os tratados internacionais de direitos humanos das Nações Unidas, exceto um. Esses tratados obrigam todas as autoridades nacionais, regionais e municipais do Brasil a respeitar, proteger e cumprir uma ampla gama de direitos humanos para todas as pessoas sob sua jurisdição, sem exceção e sem discriminação.

A lógica dos direitos humanos coincide com a lógica da redução de danos. Ambos procuram defender o valor e a dignidade de cada pessoa. Ambos também exigem que as políticas sejam desenhadas tendo em conta as necessidades de cada indivíduo a partir de uma perspetiva holística e procuram criar espaços nos quais as pessoas possam viver nos seus próprios termos.

Muitos dos eventos descritos nesta pesquisa - por exemplo, a decisão de fechar os serviços do ATENDE (Atendimento Diário Emergencial) no início da pandemia de COVID-19, ou de despejar pessoas na Cracôlândia sem aviso prévio -, podem constituir violações de direitos humanos em nível internacional, como o direito à saúde, o direito à moradia ou o direito de uma pessoa de não ser submetida a detenções arbitrárias. A política pública e o policiamento em relação à Cracôlândia também estão diretamente em desacordo com o princípio da não discriminação, que é um pilar crucial em todas as convenções de direitos humanos.

Conforme interpretado por especialistas da ONU, os tratados ratificados pelo Brasil fornecem orientações valiosas para as autoridades nacionais, regionais e municipais de São Paulo sobre como desenvolver novas políticas que sejam verdadeiramente eficazes e garantidoras de direitos das pessoas na Cracolândia. Três deles devem ser prioridade para as autoridades brasileiras:

-**O direito à saúde**, que inclui garantir o acesso a serviços de redução de danos que salvam vidas, prevenir a perseguição de pessoas usuárias e trabalhadoras da redução de danos e a descriminalização do uso e posse de drogas para uso pessoal.[1]

-**Direito à moradia digna**, o que implica assegurar que o despejo seja uma medida de último recurso; quando ocorrerem desapropriações, as autoridades devem respeitar as devidas proteções e garantias processuais, como a realização de consultas ou a garantia de notificação adequada e razoável; as autoridades também devem fornecer moradia alternativa ou compensação adequada; e - crucialmente - eles têm que garantir que as desapropriações não resultem em pessoas desabrigadas.[2]

-**Igualdade e não discriminação**, o que exige, entre outros, que as autoridades desenvolvam e implementem efetivamente políticas que definam e proíbam o perfilamento racial por agentes da lei,[3] e alterem leis e políticas que levem a impactos racialmente díspares, como políticas de condenação mínima obrigatória para delitos relacionados a drogas.[4]

1. Ver entre outros: Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (2015), UN Doc E/C.12/KGZ/CO/2-3OLD,https://uhri.ohchr.org/en/document/c547d2e7-b4bd-434e-b4c0-1d4449f741ca

2. Ver entre outros: Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (2022), UN Doc E/C.12/TJK/CO/4, https://uhri.ohchr.org/en/document/c3956e93-c025-4ec1-aa62-7bfe84e32ef3

3. Ver: Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (2020), UN Doc CERC/C/CG/36,https://www.ohchr.org/en/documents/general-comments-and-recommendations/general-recommendation-no-36-2020-preventing-and#:~:text=Summary,among%20communities%2C%20peoples%20and%20States

4. Ver: Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (2022), UN Doc CERD/C/USA/CO/10-12, https://uhri.ohchr.org/en/document/133396dd-9f5b-43ae-8926-28144f817762

2022

Jul 2021

No início de 2022, a cena de uso mudou de local e passou a ocupar uma praça chamada Princesa Isabel, a algumas quadras de onde ficava o fluxo da Cracolândia. Após um mês, a violência continuou, mas o pior ainda estava por vir. Em julho de 2022, com a narrativa de atingir o desabastecimento de drogas e a dispersão de pessoas que usam drogas, a prefeitura e o governo do estado de São Paulo realizaram uma operação policial que dispersou pessoas pela região central da cidade. A justificativa era combater o tráfico de drogas, porém, o que houve foi uma grande desmobilização do cuidado e do acompanhamento das pessoas que vivem na região e/ou usam drogas.

Os serviços de saúde e de assistência social agora necessitam andar quilômetros a mais para encontrar as pessoas que acompanhavam, além de favorecer a polarização entre moradores da região e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ainda em 2022, um equipamento emergencial de cuidado foi montado próximo a uma delegacia e, atualmente, a polícia tem realizado ações para retirar insumos de Redução de Danos das pessoas, por exemplo, cachimbos para uso de crack, além de apreensão como forma de convencimento de internações visando a desintoxicação ou como pretexto para encarceramento dessa população.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo Centro de Convivência É de Lei em parceria com o International Drug Policy Consortium (IDPC), com o objetivo de compreender as dinâmicas de violências no território da Cracolândia durante a pandemia de COVID-19, a partir de relatos de pessoas diretamente afetadas pela política de drogas. Foram entrevistadas 6 pessoas frequentadoras, trabalhadoras ou moradoras do território da Luz, durante o mês de setembro de 2022. O roteiro de entrevista foi elaborado contendo perguntas sobre: acesso a serviços de saúde, assistência social, moradia, uso de substâncias e violência policial.

RESULTADOS

Perfil da amostra

A maioria das pessoas entrevistadas foi composta por mulheres, dentre elas a maior parte era de mulheres cisgênero. Quanto à orientação sexual, a maioria se declarou heteressexual, enquanto menos da quarta parte se declarou homossexual ou bissexual. A faixa etária dos participantes da pesquisa concentrou-se entre 31 e 50 anos, caracterizando uma amostra adulta. Nenhum dos entrevistados concluiu o ciclo de ensino básico formal. Aproximadamente um terço não concluiu o primeiro nível (menos de 4 anos de escolaridade).

Uso de drogas

Esse tópico investigou o uso de drogas antes e durante a pandemia, como: se usavam drogas, quais estratégias desenvolveram para consegui-las nesse período, acesso a serviços de saúde e atenção relacionados ao tema e segurança.

A maior parte da amostra relatou fazer uso de drogas lícitas e ilícitas, dentre elas tabaco, álcool, maconha e cocaína e, menos da quarta parte relatou ter feito uso de crack antes da pandemia. Menos da quarta parte também relatou que já não fazia uso de substâncias há anos e se manteve assim durante a crise sanitária.

A maioria relatou ter acesso a serviços voltados aos cuidados para pessoas que fazem uso de drogas, entretanto todos mencionaram que o acesso à saúde e Redução de Danos se deu por meio de Organizações da Sociedade Civil que atuam no território. Metade relatou já ter usado serviços públicos de saúde, porém não se adaptou por diversas questões como julgamentos, discriminação, medicação em excesso e exigência em atingir a abstinência.

> *Eu acessei muitas coisas. O único lugar que eu poderia mesmo falar de drogas, que trabalha na ponta e que trabalha com Redução de Danos mesmo foi aqui no É de Lei. No CAPS também, mas sempre teve uma treta entre RD e abstinência. (E3)*

Quando perguntado aos entrevistados que faziam uso de drogas se tiveram dificuldades ou facilidades de consegui-las no território, durante a pandemia, a maior parte relatou ter muita facilidade. Apenas uma pequena parcela da amostra respondeu que nunca faltou, mas que atualmente encontra dificuldade às vezes, dependendo do tipo de substância. Para esta parcela, as estratégias desenvolvidas para garantir o uso foram racionar o uso e ir buscar outros locais.

Quanto à sua segurança em relação a conseguir essas drogas, a maioria da amostra relatou não se sentir segura, porque o território é violentado pelo Estado a todo momento. Independente de usar alguma droga ou não, todas as pessoas entrevistadas sofreram consequências graves provocadas pela atual política de drogas.

> *Agora, o que é segurança, né? Tipo, o meu corpo, o meu estar, a minha dança já é um lugar de sobrevivência, porque onde eu estou não existe segurança. Nunca existiu, mesmo que eu esteja ali pra comprar um pão na cena de uso. Sempre foi um risco. Se eu tô no território de chinelo e vou comprar uma cerveja, um pão, eu sou um cracudo, e tal, mas se eu tô em outro ambiente, com um outro grupo de pessoas, aí é diferente. O que faz a segurança é o contexto e o corpo. (E3)*

Acesso a serviços de saúde, assistência e moradia

Quando o ATENDE foi fechado pela prefeitura de São Paulo, em 2020, segundo os entrevistados, houve um impacto negativo de forma direta ou indiretamente na vida deles. A maioria afirma que o equipamento os ajudava com necessidades básicas como alimentação, abrigo, acesso à saúde, testes, exames, uso do banheiro e acesso à água. Com o fato deste serviço ter sido fechado, as pessoas que necessitavam desses atendimentos no território ficaram desassistidas. Também foi relatado por eles que, ver os amigos, colegas e outras pessoas em situação de vulnerabilidade sem o suporte do ATENDE lhes trouxe sofrimento psíquico.

> *Quando fechou o ATENDE e outros serviços foi muito ruim pra todos nós. Pra mim também, porque a gente já tinha um vínculo ali no ATENDE, os agentes de saúde, de prevenção ficavam ali. Você tá ali na cena de uso e onde você consegue preservativo, sabe? Vc tinha que comprar. Tinha o pessoal que distribuía preservativo, que cuidava de você, que te tirava da cena, que te dava água ou alimentação ou participava de atividades e esse lugar foi tirado. Aí isso prejudicou muito a gente. Pra quem morava na calçada, onde você usava um banheiro? Como você conseguia fazer um teste de HIV? Lá tinha tudo isso. Se não tinha, tinha pessoas que te ajudavam nisso, sabe? (E2)*

> *Depois que o ATENDE foi fechado não teve mais como os usuários poder tomar um banho ou pegar uma água pra poder beber ou fazer suas necessidades, então atrapalhou muito depois que o ATENDE foi fechado. Então o pessoal ficou sem beira nem eira. Hoje pra eles conseguirem uma garrafinha de água é muito difícil, né? Porque tem bar que os cara pedem e levam uma pancada na cara. Então quando o ATENDE foi fechado foi a pior besteira que esse governo fez. (E4)*

Outra mudança que afetou a rotina da população do território foi a desapropriação das quadras 37 e 38. Todos os entrevistados relataram terem sido afetados de forma negativa e indireta, já que ver pessoas em situação de vulnerabilidade sendo colocadas nas ruas junto a suas famílias (crianças, idosos, gestantes...) afetava a saúde mental dos participantes da presente pesquisa. Uma das pessoas entrevistadas relatou que essas desapropriações a afetaram diretamente, pois como atua no território encaminhando pessoas para moradias, a demanda aumentou depois das desapropriações.

> *Total negativa, porque as famílias que moram ali, que sempre moraram ali na história do baixo centro, ficavam em casa e aí começou um grande acampamento de pessoas pobres. Pessoas que vivem do comércio central que estão morando ali, crianças, pets... todos! A praça Princesa Isabel virou um grande acampamento. Afetou minha rotina porque é muito difícil você ver pessoas que estão tentando sobreviver da sua forma, ser massacrada, banalizada e criminalizada. Quando veem que tem pessoas aglomeradas, acham que é uma nova Cracolândia e não. Era onde as pessoas tinham feito suas casas. (E3)*

Outro momento relevante para os entrevistados foi quando as pessoas que se concentravam na Praça Princesa Isabel se espalharam para outras áreas da região central de São Paulo. A maioria relatou que as pessoas que viviam concentradas na rua Helvétia conseguiam atendimento e assistência de movimentos sociais e agentes de saúde. Entretanto, ao espalhar essas pessoas pelo centro, os serviços a essas pessoas foram dificultados ou interrompidos pela dificuldade em encontrá-las. Outro fato também relatado por eles foi que a violência policial agora ocorre em toda a região central de São Paulo, afetando toda a comunidade local (pessoas em situação de vulnerabilidade, comerciantes, moradores e frequentadores da região).

> *Aí alterou tudo, né? Porque em todo o canto agora que eu vou, vou ali sentido Rio Branco ali, São João, (inaudível) a gente vê usuários pra tudo quanto é lado. Eu não tenho problema de passar ali no meio, você entendeu? Por conhecer, por viver no território, por ter um trabalho social no território, mas aí você não sabe se de repente vem uma bomba de um policial lá na frente e você vai ficar lá no meio passando... (E2)*

> *Mudou pq a gente não tem mais acesso, né? Continua a mesma coisa, né? O delegado tá falando que tá acabando com a Cracolândia, mas tão acabando com o que? Só estão fazendo injustiça. Com o espalhamento fica difícil o contato. Aqui fica alguns, lá na frente fica outros. cada canto que você vai, você vê um aglomerado de usuários se escondendo da violência policial. (E4)*

Violência policial

Quanto à violência policial na região da Cracolândia, foi perguntado aos entrevistados se eles já haviam sofrido alguma violência antes ou durante a pandemia, quais foram as motivações das ações e/ou abordagens, como as pessoas lidaram com isso e se fizeram denúncia a algum órgão como o Ministério Público, a Defensoria Pública ou ao projeto Balcão de Direitos, que oferece assessoria jurídica à população do território.

A maior parte relatou ter sofrido diversas abordagens e violências policiais, independentemente da pessoa usar drogas ou não, antes e durante a pandemia. Entretanto, todas mencionaram o uso ou o tráfico de drogas como motivação para essas abordagens. As denúncias não são feitas, porque alegam ter medo de represália por parte dos agentes da polícia contra si mesmo e familiares já que vivem no território.

> *Todo dia. Eles já chegam batendo e não sei se é por cor, mas eles já perguntam: "-O que você tem na bolsa?" "Você já foi traficante?" Sempre chegam com falas dando a entender que o motivo é a droga. (E6)*

> *Que são usuários, que são drogados, são nóias, são vagabundos, entendeu? São mendigos, são seres humanos mortos, sem vida… É isso que eles falam. Mas a maior parte delas foram pela minha opção sexual e pela minha cor. Por ser negra. Eles alegam outras coisas, mas… Ficaram me chamando no pronome masculino, eu explicando pra eles que eu era uma mulher trans e não adiantou nada disso. (E2)*

Quanto ao fato de se sentirem inseguros antes e desde o início da pandemia até o momento da entrevista, todos os entrevistados relataram que a região central de São Paulo, mais especificamente o território chamado de Cracolândia, é um espaço muito hostil para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidades, sofrendo violências dos agentes de segurança do Estado diariamente. Para eles, a insegurança sempre fez parte da vida dessas pessoas no dia a dia, independente da chegada da pandemia de COVID-19.

> *Enquanto tiver essa guerra contra as drogas, essa guerra às pessoas, essa guerra à pobreza, não [me sinto seguro'. Não mudou minha sensação no território, tanto que, quando tem operação no território eu fico totalmente aflito, atento e é maior treta pra dormir, sabe? Eu tenho um trauma muito grande. (E3)*

> *A gente nunca teve segurança, né? Eu não me sinto segura aqui. Eu moro porque é uma necessidade. Se eu pudesse mudar daqui eu sairia.(...) As pessoas que deviam passar segurança pra gente são as primeiras a nos maltratar, trazer a violência, né? (E4)*

Todas as pessoas que compuseram a amostra relataram que, no início da pandemia, as ações diminuíram. Porém, depois de alguns meses, até o momento da entrevista, houve aumento das abordagens e violências policiais. Para evitar as violências, as estratégias desenvolvidas pelos participantes da pesquisa foram: desviar caminhos ou se manterem afastados de policiais.

> *Eu passo, eles me olham com a cara feia. Aqueles que sabem, que já me conhecem, falam: "- Essa negona tem alguma coisa". Eles olham com a cara feia e eu nem tchum pra eles. Quando eu vejo que eles estão agressivos, que vai ter uma violência eu nem encosto. Eu me afasto. (E4)*

CONCLUSÕS

Os resultados obtidos a partir da presente pesquisa indicam que as abordagens policiais ficaram ainda mais truculentas durante a pandemia de COVID-19, o que se estende até hoje. As entrevistas realizadas e o trabalho exercido pelo Centro de Convivência É de Lei ao longo de 24 anos de atuação, nos mostram que não há uma política estatal, sistemática, preocupada com as vidas existentes no território. Pelo contrário, o estigma carregado por morar naquela região, o que muitas vezes não foi uma escolha, transforma as pessoas em alvos de violações de direitos que independem de justificativas legais.

As situações trazidas brevemente por este documento apontam que, se por um lado, as abordagens acontecem independente da pessoa estar trabalhando, usando droga, acessando um serviço etc. por outro, existe um denominador comum a quem as violências são apontadas: são pessoas pobres, negras, LGBTQIAPN+, com um histórico de acesso limitado a direitos básicos, como saúde, educação e moradia.

A tentativa de criminalizar essas pessoas em situação de vulnerabilidade que vivem na Cracolândia é uma das formas que o Estado utiliza para silenciar e evitar que ouçam a voz e reconheçam o protagonismo dessas pessoas no território. A segurança pública é uma das únicas políticas mobilizadas na região para lidar com as drogas, e as polícias atuam de forma truculenta, sem diálogo com serviços de saúde, assistência social e movimentos sociais.

A Redução de Danos apareceu nas respostas de quase todas as pessoas entrevistadas como uma lógica de sobrevivência, para além de simplesmente uma estratégia de saúde ligada ao uso de substâncias. A atuação em rede, a ajuda mútua, a luta por direitos e a atuação entre pares foram questões frequentemente citadas que nos mostraram a importância da presença de organizações da sociedade civil e movimentos sociais no território. A RD também apareceu como um desejo das pessoas entrevistadas de que fosse um norteador em serviços de saúde e assistência, se mostrando mais eficiente do que a abstinência ou a internação, por exemplo.

RECOMENDAÇÕES

Entendemos que é urgente **qualificar o debate** sobre políticas de drogas e direitos humanos, bem como **aprofundar as relações** estabelecidas entre o Estado, as pessoas em situação de vulnerabilidade que frequentam o território, pessoas que moram na região e também são afetadas pelas políticas públicas e as polícias, de modo a construir estratégias que respeitem direitos e sejam eficazes para a região.

Ainda, é preciso **elaborar e implementar políticas nos âmbitos municipal e estadual** pautadas na Redução de Danos, que sejam avaliadas e monitoradas pela sociedade civil e órgãos competentes, a longo prazo.

De maneira ampla, é necessário também **propor mudanças estruturais na Política Nacional sobre Drogas**, para que priorize a vida das pessoas e não apenas perpetuem políticas racistas, transfóbicas, manicomiais, punitivistas e higienistas como justificativa de cuidado e segurança pública.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS

CALIL T.G., COSTA R.M. O trabalho de campo do Centro de Convivência É de Lei. In: Centro de Convivência é de Lei, organizador. **Cultura, juventudes e redução de danos.** São Paulo, p. 17-39, 2015.

CAMARGO, P. de O. OLIVEIRA, M. M. de; LEMOS, D. S. C.; RAMOS, C. I. . É bomba! É tiro! É violência! A guerra às drogas na Cracolândia paulistana. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas** (Edição em Português), [S. l.], v. 18, n. 1, p. 57-67, 2022. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.smad.2022.176562. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/176562. Acesso em: 14 dez. 2022.

CALIL, T.G. Cocaína fumada: consumo do espaço e efeitos sociais em cidades latinas - aproximações entre São Paulo e Bogotá. **Revista Cultura y Droga**, 2021.

ARCADEPANI, F.B., TARDELLI V.S., FIDALGO T,M. The SARS-Cov-2 threat in Cracolândia, an open-air drug use scene in Brazil. **Int J Drug Policy**. v. 83, p. 102835, 2020.

FURTADO, L. **Pesquisa desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de COVID-19**: monitoramento, análise e recomendações. São Paulo: UNIFESP, 2021. E-book: [298p.]. Disponível em https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61363 <acesso em dez 2022>.